

Critérios Sociais de Elegibilidade e Avaliação de Projetos (Plano de Sustentabilidade Socioambiental)

Este Anexo tem por objetivo orientar a preparação dos trabalhos sociais do programa representado no Plano de Sustentabilidade Socioambiental- PSSA. As orientações a seguir não substituem outras diretrizes que o Proponente venha a adotar, porém definem os aspectos considerados relevantes para a aprovação do Programa / Projeto pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

1- Objetivos do Plano de Sustentabilidade Socioambiental

O Plano de Sustentabilidade Socioambiental obedece a dois objetivos combinados, que são:

- Assegurar a participação das comunidades afetadas na fase de preparação, execução e monitoramento e avaliação do programa; e
- Sistematizar as ações a serem desenvolvidas no âmbito do PROSAMIM/BID, com vistas a viabilizar a participação das comunidades afetadas no Projeto, assegurando uma gestão participativa, o fomento de condições de desenvolvimento social das comunidades e a sustentabilidade do empreendimento. Este objetivo abrange ações de mobilização e organização da população para participação, acompanhamento e suporte ao projeto e às obras; ações de educação sanitária e ambiental; e ações de fortalecimento das práticas de cidadania e de redução dos fatores de vulnerabilidade social, especialmente com ações voltadas para geração de emprego e renda e acesso às políticas de inclusão social.

Os objetivos específicos visam:

- a) Realizar os Estudos, Pesquisas e Levantamentos necessários à plena caracterização sócio-econômica e organizativa das comunidades;
- b) Elaborar Diagnóstico sócio-econômico e organizativo das comunidades, inclusive ouvindo as mesmas quanto às suas demandas e prioridades;

- c) Elaborar as Propostas Técnicas de Trabalho Social a serem desenvolvidas na fase de obras e pós-obras;
- d) Desenvolver o Trabalho Social necessário à apresentação, discussão e negociação com as comunidades acerca das Alternativas de Intervenção nas áreas, bem como à constituição das instâncias de representação das comunidades perante o Programa; e,
- e) Promover a articulação interinstitucional necessária ao desenvolvimento das ações propostas.

2- Referências Básicas

Constituem referências essenciais do Plano de Sustentabilidade Socioambiental do PROSAMIM:

2.1- OP-703 / PGAS

A OP-703 do BID define que cada projeto contratado com o Banco contará com um Plano de Gestão Ambiental e Social – PGAS. Este Plano abrange as medidas ambientais e sociais que se propõe para evitar, minimizar, compensar e/ou atenuar os impactos e riscos-chave, tanto diretos quanto indiretos decorrentes do desenvolvimento do Projeto.

2.2- OP-710 - Reassentamento Involuntário

A OP-710 traz as diretrizes para projetos do Banco que resultam em reassentamento físico involuntário de pessoas. Do ponto de vista operacional, ela resulta na necessidade de elaboração de um Plano de Reassentamento, objeto de detalhamento no **Apêndice 10** deste ROP. Parte de suas diretrizes, entretanto, resulta em diretrizes operacionais com impacto direto sobre o escopo e a metodologia de desenvolvimento do Plano de Sustentabilidade Socioambiental, entre as quais se destacam:

- Articular ações de desenvolvimento social das comunidades afetadas a partir do processo de indenização e reassentamento;
- Trabalhar com uma variedade de alternativas e priorizar o atendimento aos grupos mais vulneráveis, com as alternativas que viabilizam uma nova moradia saudável e com segurança;

- Considerar como critérios de recorte dos grupos sociais atingidos, inclusive quanto às condições de renda e vulnerabilidade social.
- Investir no Trabalho Social prévio de abordagem, informação, discussão e negociação com as comunidades afetadas, como estratégia de fortalecimento da participação social no processo de decisão;
- Minimizar o impacto das rupturas de laços de sócio-cultural e de vizinhança, com medidas que evitem ou minimizem a desarticulação das suas redes sociais, oportunidades de trabalho ou a produção e de acesso a recursos naturais e serviços públicos;
- Calcular e incluir no custo do projeto, todos os custos de compensação e reassentamento, inclusive o trabalho social a ser desenvolvido com as famílias;
- Adotar medidas preventivas para minimizar o risco de empobrecimento, abrangendo medidas de inclusão econômicas, de abordagem da questão de gênero e raça.

A participação da Comunidade na definição das alternativas de solução para os reassentamentos e suas medidas de minimização de impactos é um dos elementos constitutivo do Projeto, ao longo de todo o processo.

Diante de tais questões, a OP-710 constitui também um elemento norteador da formulação do Plano de Sustentabilidade Socioambiental para o PROSAMIM/BID.

2.3- O PPC/ PEA/ PER E PCS do PROSAMIM e seus aprendizados

Ao longo da execução do PROSAMIM, importantes aprendizados foram sistematizados pela UGPI e pelos Consultores do Banco, os quais resultaram na atual formatação adotada para o detalhamento executivo do Plano de Sustentabilidade Socioambiental - PSSA. O mais importante deles refere-se à necessidade de assegurar à integração desde a Fase de Elaboração de Projetos, Planos e Programas relacionados ao componente Sustentabilidade Social do Programa, quais sejam: PER, PPC, PEAS e PCS.

Este aprendizado corroborado pelas reflexões dos diversos especialistas do tema, que entendem que as intervenções públicas nas áreas de saneamento, desenvolvimento urbano e habitação, que abordam

e/ou afetam diretamente populações, devem ser acompanhadas por um trabalho social sistemático e contínuo voltado especialmente para a participação. Porém, o trabalho social não é o único responsável pelas ações e resultados voltados para a Sustentabilidade Social. Há componentes e especialidades distintas como educação ambiental, políticas de trabalho e renda, assistência social, comunicação social, entre outros, os quais devem trabalhar integrados e baseados na mesma metodologia transversal, de gestão compartilhada e participativa.

Diante de tais reflexões e da realidade do PROSAMIM/BID, que mostra que os diversos planos do componente Sustentabilidade Social são trabalhados em um mesmo processo social, junto à mesma população e, em grande parte, pela mesma equipe, é que se definiu a reorganização dos trabalhos do PSSA.

3- Elementos da Metodologia de elaboração do Plano de Sustentabilidade Socioambiental

“Definir uma metodologia de intervenção significa exercer a difícil arte de transformar os pressupostos teóricos escolhidos em diretrizes operacionais e, detalhar processos e técnicas de abordagem no seio das relações sociais que se pretende alterar.”¹

Para se chegar ao desenho de Metodologia de Trabalho proposto neste Plano, foram cumpridas as condições básicas para adequada formulação, segundo apresentação da Prof^a. Mariângela Belfiore, quais sejam:

- Conhecimento da realidade territorial;
- Conhecimento sistematizado do perfil da população e dos respectivos territórios de incidência das ações;
- Levantamento dos serviços, programas, relativos às varias políticas públicas;
- Um quadro de recursos humanos devidamente capacitado e supervisionado;
- Sistema de planejamento e gestão capaz de aperfeiçoar e fundamentar as ações.

¹ *Trabalhando com Famílias – IEE/2004*

Dados estes passos chegou-se a uma proposta metodológica do trabalho social que “está fundamentado em princípios, diretrizes e estratégias que garantem direção política (...) à ação.”²

O **Plano de Sustentabilidade Socioambiental – PSSA** abrange um “leque” amplo de ações (sociais, ambientais, sanitárias, capacitação, geração de renda, dentre outras) para dar conta do objetivo de assegurar uma ação integral e integrada na área.

O **Plano de Sustentabilidade Socioambiental** tem sua base conceitual amparada em quatro questões essenciais: as experiências e referências metodológicas do trabalho social realizado no PROSAMIM I e II, a prática profissional do Serviço Social, a gestão compartilhada, a participação popular e o planejamento participativo.

Uma abordagem sob a ótica dos direitos à cidade e à moradia pressupõe a busca da incorporação do igarapé (ou dos seus moradores) à cidade formal. Esta incorporação exige não apenas a intervenção de provisão de infraestrutura, mas também o acesso a terra legalizada, aos serviços urbanos e políticas públicas.

As experiências bem sucedidas em intervenções nos igarapés de Manaus têm alguns pilares básicos, entre os quais se destacam alguns que são fundamentais também para a construção do Plano de Sustentabilidade Socioambiental- PSSA: a visão de que **a pobreza é multifacetada** e o igarapé, como uma expressão disto, exige uma abordagem integrada e interdisciplinar e a participação das comunidades envolvidas em todas as etapas do processo.

A abordagem integrada e interdisciplinar da questão exige uma integração a diversos níveis: ao nível das políticas urbano-habitacional, ambiental, de saúde, educação, entre outras; ao nível dos agentes envolvidos (poder público, agentes técnicos e comunidades); e ao nível das competências técnicas das equipes de formulação e execução do projeto de intervenção.

A multidisciplinaridade pressupõe não apenas a formação de uma equipe interdisciplinar, mas essencialmente em estabelecer processos de trabalho onde a visão do específico esteja constantemente inserida numa visão global. Esta abordagem integrada abarca essencialmente três dimensões: A **dimensão físico-espacial**; a **dimensão sócio-cultural**, que vai da condição sócio-econômica das

² Apresentação de Mariângela Belfiore
Critérios Sociais
Tássia Regino

famílias aos aspectos históricos e organizativos que constituem a comunidade; e a **dimensão jurídico-legal**, referente às normas que condicionam as relações sociedade/espço urbano.

Nesta perspectiva multidisciplinar, o Serviço Social desenvolve um processo de trabalho que tem como objetivo específico as múltiplas expressões da chamada Questão Social, neste caso, predominantemente relacionada à pobreza, considerada em sua multidimensionalidade, e não apenas como fato econômico.

O trabalho social em projetos de urbanização de igarapés, embora coordenado por responsáveis técnicos cuja formação seja o serviço social, é também multidisciplinar, ou seja, resultante da ação de profissionais de formações diversas, que atuam nas áreas temáticas - chaves com destaque para Educação Ambiental e Sanitária, Comunicação Social e Geração de Trabalho e renda, além das atividades relacionadas à inclusão social e à participação popular, também áreas típicas dos serviços.

A participação popular, por sua vez, constitui o eixo orientador de todo o **Plano de Sustentabilidade Socioambiental**. A “participação popular” é entendida como um processo de mobilização social, sendo ao mesmo tempo um objetivo a ser alcançado e um meio para realizar os outros objetivos.

Em todo o processo de elaboração da proposta adotou-se elementos do planejamento participativo, assegurando a participação dos responsáveis pela execução e incorporando opiniões dos que serão beneficiários da ação. Neste sentido, a elaboração da proposta é resultante da síntese progressiva dos atores envolvidos na execução do trabalho, incluindo os parceiros da comunidade. Na fase de implementação estão assegurados momentos periódicos de monitoramento e a avaliação, que podem reorientar a ação e garantir a adequação entre a realidade e a ação.

Compatível com a concepção de planejamento, gestão e avaliação participativa adotada, os instrumentos metodológicos que serão usados são aqueles que viabilizam a compreensão das informações, estimulam a reflexão, o pensar coletivo, a explicitação e o tratamento do conflito e a pactuação clara e negociada das decisões e ações. Entre estes se destacam:

- Os Escritórios Locais de Gestão Compartilhada, localizados nas áreas de intervenção direta da obra e nas áreas de recepção das famílias reassentadas, como espaço privilegiado de informação permanente, acompanhamento de demandas e resolução de situações

individualizadas; e atendimento integral do processo de reposição de moradias e reassentamento de populações;

- Os instrumentos informativos e educativos diversos como: vídeos (produzidos durante as Obras), informativos, *newsletter*, cartilhas, campanhas educativas, mutirões, assembleias de moradores, apoio a iniciativas de manifestações culturais da comunidade, sempre levando em conta o perfil sócio-econômico e educacional da população e sua relação com a linguagem;
- As atividades de discussão e reflexão coletivas, como reuniões gerais, grupos de trabalho, apresentação de experiências similares e atividades lúdico-culturais, envolvendo a população como um todo e suas lideranças;
- Os momentos de aprofundamento de discussão ou avaliação caracterizados por Oficinas de capacitação e pedagógico-temáticos;
- As campanhas e ações específicas vinculadas às ações;
- As oficinas de planejamento, discussão e avaliação participativa, entre a Equipe Técnica e População.

4- Conteúdos Mínimos do Plano de Sustentabilidade Socioambiental

A implementação do **PSSA** esta subdividido em 3 (três) Propostas técnicas: social, de comunicação e de educação ambiental e sanitária.

4.1 Proposta técnica de trabalho: Social

A proposta técnica de Trabalho social esta descrita nos quatro projetos listados a seguir:

- Projeto 01 – Mobilização, Participação e Organização Comunitária;
- Projeto 02 – Trabalho Social de Apoio às Obras e execução das Remoções de moradias e Reassentamento das populações;
- Projeto 03 – Apoio ao Desenvolvimento Social e Geração de Renda;
- Projeto 04 – Trabalho Social de Acompanhamento Pós-Obras.

4.2- Proposta Técnica de trabalho: Comunicação Social

O objeto da comunicação, embora definido, é muito rico e complexo porque atua em vários campos e, portanto, sua apreensão obriga a abordagens multidisciplinares e está diretamente ligado as práticas sociais, porque é internamente constitutiva delas. No programa as relações comunicativas definem e constroem o trabalho de sustentabilidade social; ajudam a constituir o político, pois são instrumentos para promoção da democracia, mediam as relações internas e externas e se configuram como um fator primordial para eficácia das ações.

A comunicação dirigida tem por objetivo transmitir ou conduzir a informação para determinados tipos de públicos e dar condições para comunicar de forma responsável e sustentada, divididas em 04 formas:

- **Comunicação Escrita** (correspondência, folhetos, panfletos, convites, publicações etc.);
- **Comunicação Oral** (discurso, contatos telefônicos, reuniões e eventos);
- **Auxílios Audiovisuais** (apresentações, gráficos, banners, vídeos); e
- **Auxílios Aproximativos** (visitas, eventos de sensibilização específicos).

As ações propostas estão diretamente relacionadas aos comunitários e moradores da área de projeto que serão alcançados direta ou indiretamente pelo PROSAMIM/BID. Diretamente, as famílias que passaram pelo processo de reassentamento e entorno imediato, e indiretamente a comunidade e as escolas e demais instituições de ensino da área de intervenção.

4.2.1 - Ferramentas Estratégicas

Os veículos de comunicação dirigida propostos visam dar oportunidades para que as informações fluam nos 02 (dois) sentidos - comunidade/programa e diminuir a perda de informações importantes para o entendimento das questões relacionadas ao processo de remanejamento e de intervenção do programa.

4.3 - Proposta Técnica de trabalho: Educação ambiental e Sanitária

As atividades de educação ambiental e sanitária do PROSAMIM/BID foram formuladas com base nas diretrizes para Educação Ambiental, estabelecidas na: i) Lei 9795/99 que institui a Política

Nacional de Educação Ambiental, bem como do Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA OP 703 que, em síntese, define “a educação ambiental deve se pautar por uma abordagem sistêmica, capaz de integrar os múltiplos aspectos da problemática ambiental contemporânea. ii) Levou-se em conta o disposto na Política Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Amazonas que, entre outros, tem como objetivos, no seu Capítulo II, Art. 2º, o seguinte:

- *Difundir conhecimentos, visando conscientizar a sociedade sobre a importância estratégica dos recursos hídricos e sua utilização racional;*
- *Compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a proteção ao meio ambiente.*

iii) Considerou-se a Política Estadual da Prevenção e Controle da Poluição, Melhoria e Recuperação do Meio Ambiente e da Proteção aos Recursos Naturais, disciplinada por meio da Lei Nº 1.532, de 06 de julho de 1982, que estabeleceu as bases para a atuação do Governo Estadual no âmbito do meio ambiente, entre outras, com a seguinte orientação (Art. 2º):

- *Incentivar programas e campanhas de esclarecimentos com vistas à estimulação de uma consciência pública voltada para o uso adequado dos recursos naturais e para a defesa e a melhoria da qualidade ambiental.*

As metas propostas são a informação e a sensibilização das famílias e comunidades da área de intervenção do PROSAMIM/BID sobre a preservação ambiental, para aumentar o grau de comprometimento da população em relação à preservação do meio ambiente e promover mudanças nos hábitos e atitudes. Visamos alcançar a melhoria da qualidade de vida nos espaços revitalizados e sustentabilidade dos mesmos com ações que promovam a reflexão desta e a mudança das gerações futuras.

4.3.1 - Público de Interesse

Independente da opção de remanejamento adotada, as ações de educação ambiental e sanitária deverão alcançar 100% das famílias beneficiárias do Programa.

Esta proposta técnica de trabalho está pautada em duas macro atividades:

Macro atividade 1 - composta por ações de cunho informativo que terá como principal meta orientar a população diretamente afetada pelo Programa.

Macro atividade 2 - composta por ações de cunho construtivo que terá como meta principal orientar crianças e adolescentes em suas escolas, localizadas no entorno da obra.